

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL E ECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Walquíria Krüger Corrêa\*

## Resumo

O estudo resgata aspectos que marcaram a estruturação sócio-econômica no território catarinense, enfatizando três períodos distintos. O primeiro, focaliza as especificidades do meio natural e a ocupação vicentista-açorianos séculos XVII e XVIII. O segundo, a conquista de novos espaços e a dinamização da economia com destaque para a colonização alemã e, a italiana após a segunda metade do século XIX. O terceiro, o papel do Estado na reorganização da economia pós 60. Constata-se que fatores políticos e econômicos em várias épocas, bem como as diferenciações étnico-culturais das populações que ocuparam o território catarinense, impuseram traços específicos na economia regional.

**Palavras Chaves:** território, economia, população.

## Résumé

Cette étude récupère les aspects qui ont marqué la structuration socio-économique du territoire de Santa Catarina, en mettant l'accent sur trois périodes distinctes. La première, focalise les spécificités du milieu naturel et l'occupation vicentiste-açorienne des XVIIe. et XVIIIe. siècles. La deuxième, la conquête

---

\* Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

de nouveaux espaces et la dynamisation de l'économie avec accent sur la colonisation allemande et italienne, après la deuxième moitié du XIXe. siècle. La troisième, le rôle de l'état dans la réorganisation de l'économie à partir des années 60. On vérifie que des facteurs politiques et économiques pendant plusieurs époques, tout aussi bien que des différences ethnico-culturelles parmi les populations qui ont occupé le territoire catarinois, ont imposé des traits spécifiques sur l'économie régionale.

**Mots-clé:** territoire, économie, population.

## **Introdução**

Em cada período ou fase histórica, o modelo econômico vigente, determina ou impõe novos desafios aos agentes sociais e isto se reflete na organização espacial.

Cada sociedade organiza o espaço a sua maneira ou seja, como diz ANDRADE (1987: 14) conforme "*... os interesses do grupo dominante e de acordo também com as suas disponibilidades de técnica e de capital*". No processo, constituem-se as territorialidades e a economia se desenvolve.

Ao trazer estas reflexões para o Estado de Santa Catarina que é parte integrante do espaço brasileiro, verifica-se que, em função dos vários tipos de povoamento e época em que se processaram, a formação territorial e econômica se caracteriza por singularidades próprias de cada momento histórico.

Objetiva-se, neste trabalho, resgatar os aspectos que marcaram a formação territorial e econômica catarinense, no período compreendido entre a ocupação e o início da década de 70. Como temas tratados estão o meio natural e a ocupação vicentista-açoriana; população alemã-italiana: conquista de novos espaços e dinamização da economia; e, a intervenção do Estado na economia pós 60.

## O meio natural e a ocupação Vicentista-Açoriana

A necessidade de ocupar vazios territoriais na porção meridional do Brasil, forçou Portugal a elaborar uma política de povoamento e colonização para o Sul do país.

A ocupação definitiva de Santa Catarina começou no século XVII. Como o território já era conhecido pelos bandeirantes, os vicentistas paulistas, organizados sob a forma de bandeiras colonizadoras, iniciaram a ocupação do espaço, fundando três núcleos ao longo do litoral: São Francisco em 1645, Desterro (Florianópolis) em 1651 e, Laguna em 1676.

A posse da terra em Santa Catarina se processou da mesma forma que no restante do país, através da concessão de sesmarias, que possuíam tamanhos variados, diferenciando-se também o critério de concessão. Segundo CABRAL (1987: 204), dava-se preferência “... aos que, além das condições de nobreza ou fidalguia, dessem provas de uma situação financeira próspera, assegurando ... o desenvolvimento futuro da propriedade”.

Os povoadores que se fixaram no território catarinense, eram somente portadores de alguns instrumentos agrícolas, gado, utensílios de mineração e alguns escravos. Com esses recursos sua situação econômica era fraca para manter o domínio do latifúndio e a mão-de-obra escrava, tal qual ocorreu nas regiões Norte-Nordeste e posteriormente no Sudeste, o que determinou no território catarinense uma situação bem diversa daquelas áreas.

Na primeira fase da ocupação territorial catarinense, as atividades econômicas se desenvolveram com grandes dificuldades, ocasionadas principalmente pela falta de capital, garantindo apenas a subsistência da população local. No entanto, essa questão da “subsistência” deve ser vista com restrições, pois, como observa CUNHA (1982: 07), após a fundação dos primeiros núcleos, os vicentistas centralizaram todas as transações do litoral, fazendo intercâmbio comercial com outras regiões. Assim, Laguna comercializava com alguns núcleos do Rio Grande do Sul, São Francisco, com Paranaguá no Paraná e Florianópolis fornecia suprimentos alimentares aos navios que aportavam na Ilha.

Mesmo ocorrendo o intercâmbio comercial, a população vicentista ainda enfrentou outras dificuldades que não permitiram a

consolidação da ocupação. Convém salientar que, em função da inexistência de estradas de rodagem, a comunicação entre os núcleos só poderia ser efetuada pelo mar. Dessa forma, as grandes distâncias que separavam as comunidades e a falta de comunicação deixavam as populações em completo isolamento, impedindo o fortalecimento da ocupação ao longo da costa. Além disso, a existência de uma barreira constituída pelos contrafortes da Serra Geral e da Serra do Mar, que cortam o território catarinense no sentido norte-sul, também emergiu como um obstáculo para o avanço das correntes migratórias do litoral em direção ao planalto.

Essa barreira natural somente foi vencida no século XVIII com a construção da Estrada do Gado, partindo do Morro dos Conventos em Araranguá, Santa Catarina, ligando o Sul do Brasil a São Paulo. Segundo LAGO (1968: 82), tal construção não foi suficiente para reter a população nem para imprimir nos núcleos litorâneos “... a impulsão necessária ao desenvolvimento, mas apenas para evitar a completa paralisia”.

Muito embora, na época, o território catarinense servisse como ponto de parada para descanso e alimentação dos animais e dos tropeiros que iam do Rio Grande do Sul para Sorocaba (SP), a construção da Estrada do Gado, naquele momento, em nada contribuiu para o desenvolvimento da economia catarinense, uma vez que a ocupação do Planalto só ocorreria mais tarde. Porém, ela facilitou a comunicação no hinterland de Santa Catarina e permitiu sua articulação com o Sudeste e o Sul do país.

No litoral de Santa Catarina, o despovoamento dos núcleos vicentistas e sua conseqüente estagnação constituiu-se em fator negativo para o fortalecimento da soberania portuguesa no Sul do Brasil. A área fazia fronteira com o domínio espanhol, e por isso era constantemente ameaçada de invasão. Segundo PIAZZA e HÜBENER (1989: 35), as ameaças passaram a exigir da metrópole “... medidas tendentes a resguardar seus direitos no campo político-diplomático, dentro do princípio do ‘uti possidetis’”.

A primeira medida adotada pela Metrópole para proteger a costa catarinense contra as invasões estrangeiras, principalmente espanholas, ocorreu em 1738, com a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, em Desterro, hoje Florianópolis. Por ser área estratégica, fixou-se nela um corpo administrativo e militar, mas a

população era insuficiente para a referida tarefa. Conforme observa PIAZZA (1992: 50), diante dos alertas efetuadas por representantes da Corte em Santa Catarina, fortaleceu-se no espírito das autoridades portuguesas a necessidade de realizar com urgência o povoamento não só no território catarinense, mas de toda a região meridional. Interessava fixar na área meridional um colonosoldado, que atendesse tanto às necessidades militares de defesa do território como o abastecimento alimentar das tropas e da administração.

O descontentamento social e econômico que assolava Açores no século XVII, conjugado às dificuldades que Portugal enfrentava para assegurar a sua soberania na porção meridional do Brasil, fizeram com que a Metrópole organizasse a emigração espontânea da população açoriana para o território brasileiro e de modo particular para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos termos de CARUSO & CARUSO (1996: 65), para os imigrantes “... havia a miragem - e muitas vezes isso não passa de uma miragem - de uma vida melhor...”

Os primeiros imigrantes, “casais” açorianos e também madeirenses, só chegaram à Ilha de Santa Catarina em 1748. As condições do litoral catarinense apresentavam-se propícias para o assentamento em função do grande número de enseadas e rios que alcançam áreas amplas. A drenagem do Estado, para leste, é marcada por rios que correm entre serras paralelas das quais se sobressaem Jaraguá, Itajaí, Tijucas e Tabuleiro. Os rios Itapocu, Itajaí-Açu e Tijucas, navegáveis em seus baixos cursos, favoreceram os primeiros núcleos povoadores, notadamente os dois últimos, permitindo desde cedo a circulação de pessoas e mercadorias, antes mesmo do surgimento das estradas de rodagem.

Quanto à distribuição de terras aos açorianos que chegaram a Santa Catarina, por determinação da Provisão Régia de 09 de agosto de 1747, foi estipulado que, “no contorno de cada logar e nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmaria asignará um quarto de légoa em quadro a cada um dos cabeças do casal do mesmo-logar” (PIAZZA, 1992: 382). Como está evidenciado na determinação régia, foi mantida para os açorianos a concessão de sesmarias, com área pré-fixada de razoável extensão de terra.

A demarcação da terra para a população açoriano-madeirense foi efetuada, quando possível, em torno dos núcleos, também chamados freguesias, situados na Ilha de Santa Catarina ou no continente. A promessa régia de dar a cada casal um quinhão de terras foi concretizando-se lentamente conforme consta nos registros do primeiro Livro do Governo da Capitania de Santa Catarina, que abarca o período de 2 de junho de 1753 a 26 de junho de 1806. Além da lentidão com que se processou a concessão das sesmarias, muitas delas ficaram com tamanho bem inferior ao que fora prometido (PIAZZA, 1976: 644). Nesse processo, surgiu no litoral catarinense a pequena propriedade familiar e foi nessa base que se desenvolveu a economia.

Com um mínimo de condições oferecidas pela Coroa em termos de terra, sementes, poucas ferramentas e animais, os açorianos e madeirenses deram continuidade às atividades econômicas já iniciadas pelos vicentistas. Muitas foram as dificuldades de adaptação enfrentadas pela população, principalmente em relação ao meio ambiente recebido: cobertura vegetal marcada pelo predomínio da Mata Atlântica fechada, relevo acidentado e solos, em sua maior parte, arenosos. As condições naturais em Santa Catarina apresentavam-se muito diferentes das Ilhas Açorianas, onde os terrenos eram de origem vulcânica e dotados de alta fertilidade. Dessa forma, além de os imigrantes não terem recebido a área de terra prometida, para se adaptar eles tiveram de vencer as adversidades do meio ambiente.

Em tal ambiente, com os poucos recursos que possuíam, os açorianos e madeirenses praticaram as atividades agrícolas. Segundo BRITO (1829: 59), as primeiras sementeiras feitas nas cinzas dos matos queimados produziram muito, porém as seguintes produziram bem menos. A terra era preparada apenas com o auxílio da enxada, sem arado ou outros instrumentos utilizados em Portugal. Dentre os principais produtos cultivados no litoral de Santa Catarina destacaram-se: mandioca, grãos e cana-de-açúcar. Mesmo que as condições climáticas não fossem propícias, em pequena escala a cultura do trigo foi tentada. Os açorianos também se dedicaram à pecuária e, com pequena expressão, à pesca.

Habitados na Europa às técnicas moageiras, os imigrantes aperfeiçoaram o processamento da mandioca utilizado pelos

indígenas e implantaram engenhos farinheiros que logo pincelaram as paisagens do litoral. A mandioca transformada em farinha constituiu-se em produto básico para alimentação, mas posteriormente também foi utilizada para comercialização. A colheita e a debulha dos cereais nas agromanufaturas eram praticadas com técnicas muito primitivas e imperfeitas. A farinha de mandioca era grossa e pouco torrada. O arroz era descascado manualmente e as mesmas técnicas primitivas caracterizavam a fabricação do açúcar (BRITO, 1829: 59). De qualquer forma, com a população açoriana surgiram as primeiras agromanufaturas alimentares: engenhos farinheiros, açucareiros e alambiques, internalizados no meio rural.

Além disso, também se desenvolveu o artesanato doméstico com a fiação manual e a tecelagem do algodão para a confecção de roupas, rendas, produção de móveis, louças de barro e ferramentas. O artesanato complementava o elenco das atividades agrícolas e agromanufatureiras internalizadas nas pequenas propriedades.

Diferente do que ocorreu nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, a tradição dos ocupantes no litoral de Santa Catarina não trazia consigo uma mentalidade expansionista. Os processos produtivos adotados caracterizavam-se somente pelo aproveitamento intensivo dos recursos naturais e da mão-de-obra disponível para assegurar os níveis mínimos de subsistência.

A presença de militares com suas famílias alterou a ordem social, política e administrativa na capitania da Ilha de Santa Catarina. Como é natural, com o aumento da população não produtora de alimentos, e conseqüentemente também do consumo, criaram-se condições para o surgimento da economia mercantil. Para atender às necessidades do incipiente mercado urbano, foram abertas casas comerciais na ilha e os agricultores que permaneceram no meio rural tiveram que abastecer com produtos alimentícios os setores não produtivos. Desse modo, a produção de subsistência da população vicentista-açoriana transformou-se numa economia mercantil, suprimindo em parte a demanda do mercado.

É importante notar que, se a produção agrícola de subsistência já vinha sendo praticada com dificuldades, diante do desenvolvimento da economia mercantil, ela sofreu distorção,

provocada tanto pela diminuição do número de produtores rurais (em decorrência do recrutamento dos colonos para a função militar), como também pelo embargo dos produtos alimentares, destacando-se principalmente a farinha de mandioca que freqüentemente deixava de ser paga pelo governo aos fornecedores (HÜBENER, 1981: 19). Além de desestimular agricultores e comerciantes essa situação refletia-se negativamente na economia da província catarinense.

A chegada dos açorianos a Santa Catarina, coincidentemente, ocorreu num período em que se praticava a pesca da baleia na costa do Brasil.

A pesca não era uma atividade típica nos Açores e muito menos a da baleia que só começou a ser praticada no século XIX (CARUSO & CARUSO, 1996: 52). Mesmo assim, os açorianos participaram de inúmeras armações baleeiras e praticaram também a pesca simples para complementar a subsistência familiar.

Nessa primeira fase da formação territorial e econômica de Santa Catarina, a indústria e o comércio eram atividades proibidas pela Metrópole, por isso, no litoral catarinense prosperava somente a pesca da baleia cuja industrialização se constituía numa exceção diante do interesse da Metrópole. Contudo, não obstante o volume de investimentos efetuados e das receitas geradas durante o período, aquela atividade foi um enclave econômico, ao qual a Capitania de Santa Catarina ofereceu a base física e pouco auferiu em seu proveito. No início do século XIX, por diversos motivos, não encontrando mais pretendentes ao contrato, o governo extinguiu o monopólio. A pesca da baleia foi liberada e gradativamente ocorreu a sua decadência (CABRAL, 1987: 82-83).

Em 1766 as bandeiras paulistas fundaram Lages e deram início a ocupação do Planalto Catarinense. O mesmo motivo que levou Portugal a ocupar o litoral justificava a ocupação da região do Planalto. Como diz PELUSO JR., (1991: 256), “... a guerra de fixação da fronteira meridional da colônia ... fazia Portugal povoar os campos de Lages”.

No Planalto também foram distribuídas sesmarias. Ao longo da Estrada do Gado, que ligava o litoral ao altiplano, nos locais onde ocorriam as pousadas dos tropeiros, surgiram novos núcleos de povoamento, destacando-se dentre outros: São Joaquim,

Curitibanos e Mafra. Dispondo de imensos campos de pastagens nativas, essas povoações deram origem a grandes propriedades onde se desenvolveu a criação extensiva de animais. Posteriormente, a exploração da erva-mate e as reservas florestais deram outro sentido econômico à região.

O desenvolvimento da agricultura ou da pecuária não interessava para a Metrópole do ponto de vista econômico. Por isso, em Santa Catarina, nenhum produto foi destaque em termos de produção e comercialização, tal como ocorreu com o açúcar, o algodão e mais tarde com o café, produzido em outras províncias do país. De qualquer forma, no estado catarinense as atividades desenvolvidas no litoral e no planalto se complementaram e formaram a base de um povoamento mais efetivo que ocorreu com a imigração açoriana.

Até o final do século XVIII, a pequena escala das atividades econômicas dos primeiros colonizadores na província de Santa Catarina, aliada às medidas político-administrativas, prejudicaram o crescimento do comércio. Embora fosse relativamente próspera a agricultura, faltavam artigos manufaturados na província, dada a inexistência de indústrias. As agromanufaturas existentes no litoral eram ainda em número reduzido e as técnicas de processamento primitivas, permitindo, porém, a transformação dos produtos primários.

No início do século XIX, embora de forma marginalizada, Santa Catarina integrou-se ao mercado interno do país e o porto de Florianópolis exerceu uma função muito importante. Para ele convergia grande parte da produção das áreas litorâneas que dali era exportada para outras províncias. O comércio de importação - exportação, centralizado em Florianópolis, fez do porto o meio de contato entre as regiões litorâneas produtoras e os mercados consumidores, destacando-se como o principal comprador dos produtos catarinenses a cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país (HÜBENER, 1981: 17).

Dentre outros gêneros que o Estado de Santa Catarina produzia na época, destacava-se em primeiro lugar a farinha de mandioca. Muito embora a maior parte da produção fosse utilizada para consumo interno da província, o produto alcançava o maior volume de exportação. Porém, tanto a farinha de mandioca como

os demais gêneros eram produzidos em praticamente todas as províncias da Colônia, provocando instabilidade na comercialização da produção catarinense.

A história mostra que, apesar das iniciativas dos primeiros colonizadores em Santa Catarina, múltiplos fatores contribuíram para que a pequena propriedade não prosperasse. No decorrer do tempo, com a sucessão hereditária, a terra se tornou cada vez mais fragmentada e isto fez com que muitos açorianos migrassem para os incipientes centros urbanos, ora vendendo a propriedade, ora abandonando-a para se dedicar a outros ofícios como pesca ou comércio, que se fazia com os reduzidos produtos da terra. À medida que os centros urbanos eram ampliados, a zona rural decaía. A produção excedente dos remanescentes nas pequenas unidades fundiárias era absorvida pelos comerciantes dos centros urbanos que passaram a dominar o comércio. Dessa forma, segundo CABRAL (1987: 206), “... enquanto os primeiros economicamente se anularam, os segundos conseguiram alicerçar uma situação cada vez mais próspera”.

Comentando sobre as atividades desenvolvidas pelos primeiros colonizadores em Santa Catarina, PELUSO JR. (1991: 264) assim se manifesta: “o minifúndio dominou as populações de origem vicentista açoriana. A população adaptou-se a esta realidade, complementando a economia de formas variadas de acordo com o ambiente”. Contudo, desde que fora iniciada a ocupação até a segunda metade do século XIX, a economia de Santa Catarina permaneceu marginalizada da economia de exportação colonial, por apresentar características divergentes do setor agroexportador, tanto no que diz respeito aos objetivos da exploração, como ao tamanho das propriedades e organização da produção. Além disso, mesmo para o mercado interno, a economia catarinense funcionou apenas como atividade subsidiária.

### **A colonização alemã e italiana: conquista de novos espaços e dinamização da economia**

Em meados do século XIX, sob a influência das mudanças econômicas e materiais decorrentes do desenvolvimento da

cafeicultura no Sudeste do Brasil, iniciou-se uma nova fase da formação territorial e econômica de Santa Catarina. Como relembra SEYFERTH (1974: 31), a necessidade de ampliar a produção de alimentos para suprimento dos centros urbanos levou os fazendeiros de café a pressionar o governo imperial para conceder terras a imigrantes. No sul, e particularmente em Santa Catarina, havia razões suficientes para que fossem destinadas áreas à colonização. Os vazios demográficos eram imensos e a economia dos núcleos se encontrava estagnada. Também era preciso abrir vias de comunicação entre o litoral e o planalto.

Assim foi encetada a colonização no estado de Santa Catarina. As regiões foram previamente escolhidas e a imigração estrangeira foi estimulada ora pela política oficial, ora por companhias particulares. No processo, chegaram ao território catarinense os imigrantes alemães, italianos e de outras nacionalidades. Os primeiros foram os alemães, que predominaram em número. Por iniciativa particular, em 1850 no médio vale do rio Itajaí-Açu, fundaram a colônia Blumenau, a qual, posteriormente, a pedido de seu fundador, passou à iniciativa oficial. Em 1851 surgiu no nordeste do estado a colônia Dona Francisca (hoje Joinville), junto ao pequeno rio de planície, o rio Cachoeira, próximo ao porto de São Francisco, e em 1860 fundaram a colônia Brusque, no vale do rio Itajaí-Mirim. A partir desses núcleos a imigração alemã se disseminou, surgindo novas colônias.

Após 1870, chegaram a Santa Catarina os italianos, que se instalaram nas proximidades das colônias Blumenau e Brusque. Conquistando novos espaços, atingiram Nova Trento, no município de Tijucas, onde população da mesma origem já havia fundado em 1836 a colônia Nova Itália (São João Batista). Outros foram para o vale do Tubarão, onde ocuparam o município com o mesmo nome. Também atingiram Urussanga, Criciúma e Turvo, próximo a Araranguá. No Oeste, ocuparam Concórdia e Chapecó; no vale do rio do Peixe, chegaram até Caçador. Essas duas últimas áreas, além dos italianos, também receberam outras etnias incluindo os alemães.

Entre os imigrantes que chegaram a Santa Catarina a partir da segunda metade do século XIX, se encontravam agricultores, artesãos, comerciantes e operários; eram, portanto, pessoas mais

qualificadas que os açorianos estabelecidos no século anterior. Estes novos imigrantes também possuíam certos hábitos de consumo do meio urbano, conhecimentos técnicos e, alguns, até capital. Contudo, o novo fluxo migratório não enfrentou menos obstáculos do que os primeiros ocupantes, pois nas novas colônias tudo estava para ser construído. Segundo LAGO (1988: 73), quando começaram as instalações das novas colônias em Santa Catarina, a imagem de uma perspectiva de industrialização já era nítida, tanto para os colonizadores como para as autoridades governamentais que os estimulavam.

Favorecidos pelo governo ou pelas companhias colonizadoras, os imigrantes adquiriram, através da compra, um lote de 25 a 30 hectares, pagando-o à medida que a terra lhe fosse conferindo rendimentos (CÂMARA, 1948: 25). A Lei de Terras não só facilitou o acesso à terra como também estimulou a vinda de numerosos imigrantes estrangeiros, propiciando o desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

Embora as novas colônias estivessem localizadas em lugares nem sempre favoráveis, a organização econômica dos colonizadores fundamentou-se também nas atividades agrícolas, calcadas na pequena propriedade, trabalhada com mão-de-obra familiar e, sem a presença do trabalho escravo. Aproveitando os produtos da agropecuária, os alemães deram continuidade às atividades artesanais já praticadas pelos açorianos em outras áreas, multiplicaram os engenhos de farinha de mandioca, açúcar e alambiques para produção de aguardente. Desenvolveram o beneficiamento de arroz, de milho, de trigo e, através da criação bovina e suína, diversificaram ainda mais a indústria artesanal, fabricando banha, queijo e manteiga, produtos que inicialmente supriram a subsistência familiar (LAGO, 1968: 316). Além disso, utilizando a matéria-prima local, praticaram o artesanato doméstico, desenvolvendo a cerâmica (fabricação de telhas, tijolos e louças) e tecelagem de algodão para confecção de roupas. Também exploraram a madeira, montaram serrarias para seu beneficiamento e com ela construíram mobília e infra-estrutura (pontes, cercas, galpões). A exemplo dos açorianos, em pequena escala também praticavam a cunicultura. O desenvolvimento

dessas atividades teve, inicialmente, apenas uso doméstico, mas posteriormente os excedentes foram utilizados na comercialização.

Nas mesmas condições de colonização dos alemães instalaram-se os italianos. Estes, além das atividades comuns da agricultura e artesanato, introduziram em Santa Catarina a viticultura e a sericultura. Como os alemães, também se tornaram pequenos proprietários rurais, enquanto alguns se vincularam as atividades comerciais.

É importante destacar que um conjunto de condições favoreceu a comercialização dos excedentes pelas colônias alemãs e italianas fundadas em Santa Catarina, para o que existem, pelo menos, três fatores explicativos. Em primeiro lugar, a preocupação com a abertura de caminhos para ligar núcleos próximos foi incessante, tanto por parte da administração das colônias como dos próprios colonizadores. Embora as ligações entre pontos distantes tenham sido mais demoradas, a população tinha como recurso as vias fluviais que permitiam o intercâmbio das colônias com o mundo exterior. Como relembra PELUSO JR. (1979: 121), poucos decênios depois de iniciada a colonização, muitos caminhos estavam abertos e alguns trechos de estradas de ferro faziam ligação intercolonial, proporcionando maior fluidez às atividades econômicas.

O segundo fator explicativo para a comercialização dos excedentes das novas colônias foi a ampliação do contingente populacional na província catarinense, após 1850. A chegada constante de imigrantes aumentou a demanda local de alimentos, manufaturas e serviços. Gradativamente os centros urbanos foram ampliados; outros surgiram e, em melhores condições, a produção excedente foi colocada no mercado.

O terceiro e último foi a ampliação do mercado nacional, decorrente da imigração para atender às necessidades de mão-de-obra do complexo cafeeiro em São Paulo. Com o trabalho livre, formou-se o mercado para os excedentes da agropecuária catarinense. Dessa forma, o aumento dos mercados local e nacional, conjugado à dinâmica dos imigrantes, fez com que a economia catarinense ultrapassasse o “estágio de subsistência”. À medida que o comércio se desenvolveu, a necessidade de aumentar o volume de excedentes propiciou diversificação das atividades

econômicas, impulsionando as exportações, tanto para São Paulo e outros, estados como também para o exterior.

A diversificação das atividades econômicas ocorrida nas três primeiras décadas da colonização alemã e italiana, associada à geração de excedentes, fez a economia catarinense penetrar numa nova fase de desenvolvimento, impulsionando as exportações, tanto para o mercado interno do país, como para o exterior. O dinamismo da população redefiniu uma nova posição econômica para Santa Catarina, rompendo a quase estagnação do sistema econômico-social açoriano que predominava até então.

No final do século XIX, a diversificação das atividades nas novas colônias, associada ao desenvolvimento do comércio baseado no sistema importação - exportação, mesmo com a precária infra-estrutura e os poucos recursos de capital, surgiam condições para Santa Catarina acompanhar as primeiras manifestações industriais que ocorriam no Brasil e particularmente em São Paulo.

Destacaram-se como comerciantes e industriais (empresários) em Santa Catarina os estrangeiros ou seus descendentes como Karl Hoepcke e Raulino Horn em Florianópolis, Gustav Salinger em Blumenau, Ernest Canac em Joinville, Carlos Renaux em Brusque e João Bayer e Benjamin Gallotti em Tijucas. Esses líderes empresariais formavam a burguesia catarinense e tinham forte atuação política. Por serem proprietários de embarcações, lideravam o comércio de importação e exportação entre os diversos pontos do litoral, e, com o acúmulo de capital, tornaram-se os pioneiros industriais em suas regiões formando a base da industrialização no Estado. Também contribuiu a experiência profissional que muitos imigrantes trouxeram de seu país de origem.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial se constituiu num marco importante para o desenvolvimento da indústria urbana e também para as atividades agropecuárias no Estado. A substituição de importações ampliou o mercado interno do país para produtos alimentares e manufaturados, possibilitando a consolidação das especializações agrícola e industrial. Neste processo, formou-se um mosaico de zonas econômicas no território catarinense.

Com a definição dos limites entre Santa Catarina e Paraná, no limiar dos anos vinte, teve continuidade a ocupação territorial da Região Oeste. Esta se processou a partir de concessões feitas a grandes empresas colonizadoras, em função do contrato de construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul que passaria no oeste catarinense. Os principais ocupantes foram agricultores procedentes de antigas colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul e de outras partes do próprio estado, impulsionados pelo excesso de população em seus núcleos originais. A partir daí, calcado no modelo da pequena propriedade fundiária, desenvolveu-se no oeste, a criação de suínos, aves e toda uma policultura voltada para subsistência com excedentes comercializáveis.

Segundo PELUSO JR. (1979), na década de 20, as zonas econômicas de Santa Catarina estavam geograficamente isoladas umas das outras, como se fossem “ilhas econômicas”. Embora a infra-estrutura de transportes tivesse melhorado com a abertura de rodovias e a ampliação das ferrovias, a insuficiência persistia, não permitindo a vida econômica integrada. As relações entre as diversas redes ocorriam através de intercâmbios de produtos para abastecimento das cidades e para exportação. A produção escoava pelos portos, figurando como compradores o Rio de Janeiro e São Paulo, e com menor expressão Paraná e Rio Grande do Sul.

As dificuldades que o Brasil enfrentou durante a Segunda Guerra Mundial perturbaram a vida econômica de Santa Catarina. Dentre outros fatores, muito contribuiu, a desarticulação dos transportes, provocada pela carência de combustíveis, o fechamento de mercados tradicionais aos produtos catarinenses e a restrição externa à aquisição de maquinários e equipamentos industriais.

Contudo, os problemas econômicos foram atenuados e, no início da década de 50, a indústria se apresentava diversificada em vários pontos do território, destacando-se os ramos alimentar, têxtil, madeireiro, metal-mecânico e elétrico, ervateiro e carbonífero. As maiores concentrações industriais coincidiam com as primeiras zonas coloniais instaladas em Santa Catarina.

Apesar do desenvolvimento industrial alcançado, predominavam no território catarinense as atividades rurais

praticadas em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar. Naquele momento, a infra-estrutura de comunicação, transportes e energia elétrica era ainda deficitária. Por isso, a economia catarinense voltava-se quase exclusivamente para o abastecimento do mercado interno do país, destacando-se como grande consumidor a cidade de São Paulo, na época em franco desenvolvimento urbano-industrial.

## **A intervenção do estado e a (re)organização da economia pós 60**

A partir dos anos sessenta, o desenvolvimento econômico de Santa Catarina se constituiu numa meta para os sucessivos governantes que passaram a executar vários planos de ação. No processo, a precariedade da infra-estrutura anteriormente referida foi gradativamente superada. Com a conclusão da BR-101 (1971), Santa Catarina interligou-se com o Norte e o Sul do país. Novas rodovias internas asfaltadas foram construídas (BR-282 e BR-470), ligando São Miguel d'Oeste ao Porto de Itajaí, facilitando o escoamento da produção agrícola e industrial para o mercado nacional unificado. Os portos de São Francisco do Sul e Itajaí, melhor aparelhados, viabilizavam o acesso da produção aos mercados externos. As comunicações foram aperfeiçoadas e a rede de energia elétrica foi ampliada. Neste contexto, as facilidades para obtenção de financiamentos agrícola e industrial, impulsionaram o desenvolvimento da economia catarinense.

As transformações da economia favoreceram a ocupação das porções territoriais no Estado de Santa Catarina, que ainda constituíam zonas de fronteira agrícola como algumas áreas do Alto Itajaí e do Oeste, muito embora o território catarinense já estivesse com os contornos atuais desde o início do século.

Após completar-se a formação territorial, apesar das características do setor agropecuário catarinense, ou seja, predominância da pequena propriedade, mão-de-obra familiar e produção agrícola diversificada, já estava delineado o futuro perfil econômico do Estado, segundo as tendências vocacionais das diferentes regiões geográficas, respeitadas as exigências de clima e

solo para cultivos e criações. À medida que as condições econômicas e de infra-estrutura permitiram, a economia se transformou. A influência do desenvolvimento regionalizado, trazida pelos imigrantes europeus que colonizaram o território catarinense, praticamente se manteve e esta é uma realidade que ainda prevalece.

Não obstante a formação econômica singular do Estado de Santa Catarina, nas regiões onde havia especializações agrícolas, sob a influência das indústrias, a produção agropecuária penetrou no padrão agrário moderno e constituíram-se vários Complexos Agroindustriais - CAIs.

É importante notar que fora da área de influência dos Complexos Agroindustriais, agricultores de diferentes regiões também foram atingidos pela modernização. Contudo, como demonstrou CORRÊA (1981), em Santa Catarina, da mesma forma que no restante do país, a modernização não foi homogênea e em muitas áreas a agricultura continuou a ser praticada de forma tradicional, sobretudo, nas regiões do litoral e de encostas, nas porções em que o relevo é acidentado.

Com o processo de transformação da economia catarinense, nas décadas de 70/80 intensificou-se o movimento migratório rural-urbano. Os motivos devem ser atribuídos a duas ordens de fatores. O primeiro se deve à vitalização do setor secundário e terciário. O segundo é decorrente da expansão do capital no meio rural em algumas regiões. De qualquer forma, com a diversificação agrícola e industrial, o modelo econômico catarinense, respondendo aos estímulos do desenvolvimento, forjou o surgimento de vários polos de produção com atividades específicas, acompanhando a tendência nacional.

### **Considerações finais**

A configuração atual da economia catarinense advém, em grande parte, das formas de ocupação que presidiram a formação das territorialidades. Contribuíram para isto, fatores políticos e econômicos emergentes em várias épocas, bem como as

diferenciações étnico-culturais das correntes migratórias que se fixaram em Santa Catarina.

Ao longo do litoral e dos vales dos rios que formam a vertente atlântica, estabeleceram-se os vicentistas (século XVII), os açorianos (século XVIII) e os europeus (século XIX). A organização econômica dos primeiros colonizadores fundamentou-se na exploração de pequenas extensões de terras, cultivos e criações de baixo valor econômico, artesanato e pesca, praticados com mão-de-obra familiar para assegurar o auto-sustento.

A colonização do século XIX, com características culturais diferentes que os precedentes, diversificou a produção agropecuária e desenvolveu o artesanato voltado para a produção de bens duráveis e semiduráveis, dando origem a feição industrial que caracteriza as áreas de sua influência.

No planalto, os imensos campos de pastagens nativas favoreceu o surgimento de grandes propriedades, onde se desenvolveu a criação extensiva de gado para corte. Posteriormente, as reservas florestais deram outro sentido econômico à área.

A Região Oeste é a área de colonização mais recente do Estado. Nesta porção, a organização econômica também fundamentou-se na pequena propriedade explorada em regime de economia familiar e na diversificação de atividades que possibilitaram o desenvolvimento industrial.

Não obstante a importância da agricultura em Santa Catarina, a mola propulsora da indústria urbana foram os excedentes gerados no comércio de importação/exportação que ocorria em diferentes regiões, fossem elas cidades portuárias ou não. No entanto, o desenvolvimento econômico catarinense foi lento e limitado, principalmente pelos escassos recursos financeiros e pela precária infra-estrutura, sobretudo de transportes.

A partir dos anos cinquenta, as condições de acumulação urbano-industrial, centralizadas em São Paulo, refletiram-se em todos os setores da economia, alcançando as regiões mais longínquas do território brasileiro. Com o apoio do Estado, a partir da década de 70, as dificuldades financeiras e de infra-estrutura foram atenuadas e a produção agrícola-industrial catarinense respondeu aos estímulos do mercado urbano-industrial,

acompanhando a tendência nacional. Neste processo, tem continuidade a remodelação sócio-econômica do território.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE**, Manuel C. de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- BRITO**, Paulo J.M. de. *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina - 1816*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1829.
- CABRAL**, Osvaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CÂMARA**, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 211-53, abr./jun., 1948.
- CARUSO**, Mariléa M.L., **CARUSO**, Raimundo. *Mares e longínquos povos dos Açores*. 2.ed. Florianópolis, Insular, 1996.
- CORRÊA**, Walquíria Krüger. *A atividade agrícola e a evolução da modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina - 1950 a 1975*. Rio Claro: 1981. 128p. Dissertação (Mestrado em Geografia) UNESP.
- CUNHA**, Idaulo J. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- HÜBENER**, Laura M. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981.
- LAGO**, Paulo F. *Santa Catarina: a terra, o homem e a economia*. Florianópolis: Ed. do autor, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Geote da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: UFSC; FCC; UDESC, 1988.
- PELUSO JR.**, Victor A. A evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: n. 1, 2º Semestre, 1979.

- \_\_\_\_\_. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC; UFSC, 1991. Org. Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- PIAZZA**, Walter F. *A colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PIAZZA**, Walter F. *A epopéia Açórico-Madeirense: 1748-1856*. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1992.
- PIAZZA**, W.F. e **HÜBENER**, L.M. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Lunardelli, 1989.
- SANTA CATARINA** (Estado). *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: DEGC, 1958.
- SEYFERTH**, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. um estudo do desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.